

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSP

CLASS. : 650

DATA : 11 5 89

PG. : E-3

FOLHA DE S. PAULO

Quinta-feira, 11 de maio de 1989 — ILUSTRADA — E - 3

# Índios querem proibir a exibição do filme "Kuarup"



Roberto Jayme

Da Sucursal de Brasília

A exibição do filme "Kuarup", de Ruy Guerra, que concorre no Festival de Cinema de Cannes, poderá ser suspensa, caso a Justiça Federal acolha a liminar que o Ministério Público pretende encaminhar para julgamento dentro de uma semana, a pedido dos índios do Parque Nacional do Xingu. Os índios Aritana, Macawana e o cacique Nafikwa estiveram ontem em Brasília com o sub-procurador geral da República Carlos Victor Muzzi para solicitar a suspensão do filme e uma ação contra as empresas produtoras —Grapho e Cotia Trading— obrigando o pagamento de direitos autorais pelas imagens da cerimônia do Quarup, ritual indígena que dá título ao filme.

Segundo Aritana, da tribo Walapiti, a filmagem da cerimônia só foi permitida porque o proprietário da Grapho, Roberto Fonseca, "prometeu instalar postos de saúde e escolas" no Parque do Xingu (PA), quando terminassem as filmagens. "Eles acabaram tudo em outubro, ficaram de voltar em novembro e não apareceram mais", afirmou Aritana. Na semana passada, ele conversou com Fonseca pelo telefone e a resposta foi a de que as obras seriam iniciadas "brevemente" pela Fundação Quarup, cuja existência Aritana disse desconhecer.

Aritana afirmou ainda que, como retribuição à "hospitalidade das tribos", a produção do filme deixou barcos, duas camionetes Toyota, uma casa cenográfica em estilo africano e aparelhos de som, vídeo, antena parabólica completa, lençóis e outros utensílios domésticos pouco convenientes para a floresta, segundo Aritana. Ele acrescentou que os produtores deixaram o equipamento, mas não as notas de compra. "As camionetes, por exemplo, estão registradas em nome de uma locadora de carros em Pernambuco", afirmou. Assim, os índios não podem vender o material.

O procurador-geral da Fundação Nacional do Índio, Ovídio Martins de Araújo, que acompanhou os índios à Sub-Procuradoria Geral da República, afirmou que, antes das filmagens, foi feito um contrato entre as produtoras e a Funai, no qual ficou estabelecido o pagamento da participação dos índios no filme, dos direitos autorais e de imagens. "Eles não pagaram os direitos

## Fundação fará benfeitorias

Da Reportagem Local

De acordo com Olga Gil, da produtora Grapho e integrante da Fundação Kuarup, a Grapho não assumiu nenhum compromisso com os índios do Parque do Xingu para utilizar cenas da cerimônia Quarup no filme homônimo de Ruy Guerra, como afirmou Aritana. Segundo Olga, foi a Fundação Kuarup que se comprometeu a realizar obras no Parque do Xingu. Entre elas, postos de saúde, escolas e projetos ecológicos.

A verba para realizar as obras no Parque do Xingu virá, segundo Olga, quando "Kuarup" for lançado no Brasil. O dinheiro arrecadado durante o lançamento será revertido para a Fundação Kuarup, que será responsável pelas benfeitorias. A equipe de "Kuarup" deixou no parque uma camionete e geradores.

## Nome vem de ritual fúnebre

Da Reportagem Local

A cerimônia fúnebre Quarup é realizada sempre que um chefe de uma tribo indígena do Brasil central morre. Quarup é o nome do mourão —espécie de tótem— que os índios pintam e enfeitam à semelhança do morto e, em torno do qual, dançam, cantam e lutam diante de outras tribos convidadas durante uma noite inteira.

O objetivo do ritual, que só se completa pela manhã, é ajudar o pajé —feiticeiro da tribo— a dar vida ao mourão, o que significa ressuscitar o chefe morto. De acordo com a lenda, o sol aquece o Quarup, que abriga a "vida" ou a "alma" do morto, libertando-a. Destituído de "vida", o Quarup é abandonado à correnteza do rio.

Mas Quarup não significa apenas ritual fúnebre. Para os índios, toda forma de vida foi criada por Deus a partir do Quarup.

autorais. Só deram contribuições variadas aos índios pela figuração".

Para o sub-procurador geral da República, Carlos Muzzi, responsável pelo encaminhamento da ação judicial e da liminar, está claro que a imagem foi utilizada e que deve ser paga. Ele conversou durante 20 minutos com Aritana e o procurador-geral da Funai e disse que, além dos direitos autorais pelas imagens, os índios podem reivindicar ainda os mesmos direitos pela utilização de imagens da cerimônia em camisetas, "bottons" e chaveiros, que, de acordo com Aritana, foram distribuídos para a promoção do filme no Festival de Cannes, cuja abertura oficial acontece hoje.

Segundo o sub-procurador geral da República, no entanto, a mostra de "Kuarup" em Cannes está assegurada porque não haverá tempo suficiente para evitar a exibição, mesmo que a Justiça defira o pedido de liminar. Para proibir a veiculação do filme no festival, seria preciso que a Justiça Federal encaminhasse a determinação ao Supremo Tribunal Federal (STF). O Tribunal emitiria uma carta rogató-

ria (solicitação para proibir o filme) que deveria ser remetida ao Itamaraty. Daí, os diplomatas brasileiros na França entrariam em contato com a Justiça Francesa para solicitar a proibição.

Esta é a primeira vez que uma comunidade indígena será defendida pelo Ministério Público, sem a interferência direta da Funai, segundo Muzzi. A representação dos índios pelo Ministério Público entrou em vigor no dia 5 de outubro do ano passado, quando foi promulgada a nova Constituição. O texto prevê, em seu artigo 232, que "os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos, e interesses, intervendo o Ministério Público em todos os atos do processo".

"Na época em que foi feito o contrato com a Funai —no início do ano— os índios não tinham essa representação assegurada, porque não tinham legitimidade. Eram sempre tutelados pela Funai", afirmou Muzzi.

Leia sobre a participação de "Kuarup" em Cannes na pág. E-12.

O sub-procurador geral da República, Carlos Victor Muzzi, ouve o pedido de Aritana para proibir o filme "Kuarup"